



**[DECADÊNCIA - Advogado lamenta a 'falência' do sistema prisional e o aumento da violência urbana; sobretudo dos furtos, roubos e do tráfico de drogas**

# Cadeia já foi uma referência

**Leticia Jury**

Advogado há 33 anos, Nório Sakuraba, que há 15 anos atua com mais frequência na área criminal, recorda de quando em Anápolis o sistema prisional era o que ele define de "excelente". "Localizada na Rua 14 de Julho, a cadeia era espaçosa e sobravam celas. Depois foi transferida para o Recanto do Sol e teve início o processo de superlotação", lamenta.

Com essa declaração não é preciso nem dizer qual o maior desafio apontado pelo advogado, nesta cidade que chega ao Centenário. Segundo ele, o município cresceu e os problemas também, principalmente aqueles ligados a violência urbana. "Noto aumento principalmente de crimes contra o patrimônio, furto e roubo, e o aumento do uso e tráfico de drogas", aponta.

Ele, que nasceu em São Paulo, em 1933, e veio para Anápolis em 1969, observa também, ao analisar o passar dos anos, o crescente envolvimento de adolescentes em atos infracionais. "Eles não tem nada, não tem responsabilidade e acabam se envolvendo com quadrilhas", diz.

Nório Sakuraba diz observar ainda que muitos destes adolescentes e jovens, não têm estrutura familiar ou formação intelectual e acabam "caindo na lãbia dos maus colegas", como ele cita. "Os criminosos mais velhos induzem os mais novos, pois sa-

bem das vantagens de ter esses menores nas quadrilhas", acredita.

Segundo ele, as penas são brandas, há casos em que esses menores infratores são liberados em menos de 45 dias. Por isso, ele opina que deveria haver uma reforma no Código Penal, e que esses jovens deveriam ter a mesma penalidade de um adulto. "Eles cometem crimes bárbaros, matam sem necessidade", cita.

## RECLUSÃO

O advogado cita mais de uma vez o atual sistema prisional da cidade, para apontar como desafio a construção do novo presídio, e de fazer do local um espaço de ressocialização e não apenas de "confinamento". "Ele está superlotado, os presos estão dormindo em pé. E muitas pessoas aqui de Anápolis, presas em outros municípios e que têm o direito de vir para cá, não podem vir, pela ausência de vaga", conta.

Nório Sakuraba diz que nem mesmo o Cepaigo é capaz de abrigar mais detentos. "Aqui em Anápolis é casa de prisão provisória, quando a sentença for definitiva ele deveria ir para Goiânia, mas lá não tem vaga. Não sei o que vamos fazer com esse aumento da criminalidade", questiona.

Ele avalia também que o atual local onde os menores infratores ficam detidos no 4º Batalhão de Polícia Militar também é inadequado. "O local é pequeno e não dá condições para os jovens estudar e



**NORIO SAKURABA** também fala sobre o desenvolvimento do Direito e destaca o papel da mulher na profissão: "Elas são mais cautelosas e responsáveis"

trabalhar. Ele é inclusive propício a fugas", critica.

## PERFIL

Nório Sakuraba nasceu em São Paulo em 1933 e veio para Anápolis em 1969. Ele fez curso noturno na Faculdade de Direito de Anápolis e colocou grau em 1974. "Diplomei e já ingressei na OAB", conta en-

tusiasmado o advogado.

Antes de começar a advogar, ele trabalhava em uma atacadista de cereais, fazia exportação de milho para todo o Estado de Goiás. E conta que decidiu "trocar de profissão, em decorrência do prejuízo da atividade". "Larguei o comércio, porque muita gente comprava e não pagava", la-

menta.

Inicialmente começou a atuar na área cível e depois começou na Trabalhista. Há 15 anos especializou na área criminal. "Hoje faço defesa no Tribunal do Júri, faço sustentação oral, advogo em outros estados. Já libertei da cadeia mais de dois mil presos, para não falar quatro mil", brinca.

O advogado ao falar sobre a evolução da advocacia anapolina nestas três décadas de atuação não se esquece de ressaltar o papel da mulher na profissão. E elogia: "basta andar no Fórum para ver quantas advogadas, juizas e promotoras temos hoje. Isso é positivo, pois elas são mais cautelosas e responsáveis".

Com a descoberta de irregularidades na OAB seccional de Goiás, a subseção de Anápolis pediu emancipação na Justiça

## Entidade quer independência

A corrupção na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás, denunciada no dia 12 de maio, ocasião em que 11 pessoas foram presas pela Polícia Federal suspeita de praticar fraude no exame de Ordem, levou um grupo de advogados da cidade a protocolar no Conselho Federal um pedido de intervenção na entidade e solicitar a 'emancipação da Subseção' de Anápolis.

No momento, em que a quadrilha da OAB foi desmantelada, a polícia federal revelou que a aprovação no teste era vendida por cerca de R\$ 10 mil. Dos 11 presos, cinco eram funcionários da entidade. Foram detidos o presidente da Comissão do Exame de Ordem, Eládio Augusto Amorim Mesquita, e o vice-presidente da comissão, Pedro Paulo Guerra de Medeiros, além do tesoureiro João Bezerra Cavalcante.

Jeovah Viana Bordes Júnior, ex-presidente da OAB, é um dos advogados que lidera o movimento. Ele ressalta que tomou a iniciativa de pedir intervenção depois de receber mais de 100 telefonemas de colegas. "Anápolis sai na frente porque não concorda que a jurisprudência da pizza seja pacificada", afirma. Para Jeovah Júnior, a OAB sempre foi pautada pela legalidade e valorização da classe. "Esses fatos abalaram a credibilidade e, com a intervenção, queremos que ela seja retomada o mais breve possível", completa.

Quanto ao movimento 'separatista' da Subseção de Aná-

polis da OAB, ele enfatiza que a entidade tem condições de gerir seus próprios recursos. "A lei prevê isso para comarcas com mais de 100 advogados e hoje temos 1,2 mil inscritos na entidade", explica. Atualmente todo o dinheiro arrecadado com anuidades é repassado para a seccional de Goiás.

## PROVIDÊNCIAS

Na avaliação do ex-presidente os desafios da OAB nesta Anápolis que chega aos



**JEOVAH** Júnior encabeça o movimento que pede intervenção na OAB Goiás

100 anos são justamente os dois apontados anteriormente, 'impedir a corrupção dos quadros da entidade, o que prejudica todos os advogados inscritos, e buscar a emancipação da subseção.

Por enquanto, segundo Jeovah Júnior, o movimento aguarda o relatório que será expedido pelo Conselho Fe-

deral, que detalha a real situação em que se encontra a Seccional de Goiás, para que em seguida os advogados possam requerer a intervenção.

Quanto a independência da Subseção, ele informa que o grupo está colhendo assinatura dos advogados para em seguida apresentar a presidência da Subseção e em seguida encaminhar um pedido formal ao Conselho Federal, em Brasília.

Jeovah Júnior diz lamentar o momento atual em que passa a

entidade, após esses escândalos que ganharam projeção nacional, do envolvimento de membros da diretoria em esquema de corrupção. E aponta como desafio também fazer com que a OAB volte a ter a credibilidade de uma instituição séria.

## TRADIÇÃO

Em fevereiro deste ano a

Subseção de Anápolis completou 34 anos. Nomes como Brasil Xavier Nunes, Amir de Souza Ramos, João Asmar, Paulo Albernaz Rocha, Antônio Antenor Rodovalho e Moisés Naves são exaltados pelos advogados do município, pois foram responsáveis pela consolidação da OAB em Anápolis.

Os advogados Antônio Heli de Oliveira, Airton Fernandes de Campos, Jairo Ribeiro da Silva, Eduardo de Pina, Washigton Pacheco e Jeovah Viana Borges Junior, ex-presidentes da casa, são tidos pela categoria como os responsáveis pela modernização da instituição.

Mas, ao se falar de OAB é preciso recordar do fundador da entidade, o advogado Vicente Alencar, que, com uma equipe de advogados encontrou inúmeras dificuldades e vários empecilhos em todo o percurso do processo reivindicatório de uma subseção em Anápolis. Na época, chegou a ocorrer o desaparecimento dos autos originais, que tiveram de ser reconstituídos.

Durante todo esse processo, Vicente Alencar contou com o apoio do então conselheiro da OAB nacional, o jurista e membro da Academia Brasileira Jurídica de Letras, Adahyl Lourenço Dias. Foi ele quem entregou a carta de autorização da fundação a Vicente Alencar e, juntos, homenagearam o advogado mais antigo da comarca, Brasil Xavier Nunes, e lhe elegeram o primeiro presidente.

## Estudantes não querem advogar

O estudante de Direito Francisco Marlúcio Júnior já tem definido a carreira que deseja seguir, e certamente não será a Advocacia. "Vou prestar concurso, quero trabalhar no Ministério Público", conta. Assim como ele, muitos estudantes já entram na faculdade com a intenção de optar por concursos públicos ao invés de montar um escritório.

Francisco Júnior, que paralelamente aos estudos trabalha em um curso preparatório para concursos, diz que muitos universitários procuram a instituição em busca de matérias específicas para seguir carreiras opostas a Advocacia. "Muitos querem ser delegados, juizes ou buscam outros empregos públicos", detalha.

Ele diz que apenas os jovens que tem pais ou tios advogados, que certamente vão ter "clientes garantidos" optam por advogar. "A concorrência está muito grande, e aqueles advogados que já têm nome dominam o mercado", crítica. Mas, junto aos recém formados nos bancos de cursinhos estão também os advogados que há anos militam na área, como informa Francisco Júnior. Muitos buscam o curso preparatório, paralelamente as atividades no escritório, com o intuito de ser aprovado em um concurso e melhorar as condições salariais.

## DESAFIOS

A expansão desordenada das faculdades de Direito e a pouca qualificação dos professores são para Francisco Júnior os maiores desafios dos estudantes de direito que residem em Anápolis. "Já presenciei ocasiões em que colegas meus fizeram perguntas e o professor não soube responder, e não era nada complexo", conta.

Ele aponta também que muitas faculdades não fornecem o que ele define como "auxílio" para os estudantes. "Elas passam a ser meras expedidoras de diploma, não transmitem conteúdos teóricos e humanísticos, não forma cidadão, não mudam a realidade local", lamenta.

O jovem cita por exemplo a exame de Ordem, prova exigida para obter o registro na OAB, para destacar que os estudantes são obrigados a buscar cursos preparatórios para passar no exame. "Nestes cursos há professores qualificados que ensinam o conteúdo de forma direcionada", explica.

No curso em que ele trabalha são matriculados para cada exame de ordem mais de 50 recém formados. Durante o ano são realizados três exames, sendo assim uma média de 150 advogados buscam as aulas para fazer a prova e em seguida poder advogar.